

SIMULADO AMOSTRA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

Técnico Judiciário - Escrevente de Cartório



Tribunal de Justiça
do Estado da Bahia



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 05)

Romantismo e consumismo

O romantismo nos diz que para aproveitar ao máximo nosso potencial humano devemos ter tantas experiências diferentes quanto possível. Devemos nos abrir a um amplo leque de emoções; experimentar vários tipos de relacionamento; provar culinárias diferentes; aprender a apreciar diferentes estilos de música. Uma das melhores maneiras de fazer tudo isso é escapar da nossa rotina diária, deixar para trás nosso cenário familiar e viajar para terras distantes, onde podemos “vivenciar” a cultura, os aromas, os sabores e as normas de outros povos. Ouvimos repetidas vezes os mitos românticos sobre “como uma nova experiência abriu meus olhos e mudou minha vida”.

O consumismo nos diz que para sermos felizes precisamos consumir tantos produtos e serviços quanto possível. Se sentimos que algo está faltando ou fora de lugar, provavelmente precisamos comprar um produto (um carro, roupas novas, comida orgânica) ou um serviço (limpeza doméstica, terapia de casais, aulas de yoga). Todo comercial de televisão é mais uma pequena lenda sobre a certeza de que consumir algum produto ou serviço tornará a vida melhor.

O romantismo, que encoraja a variedade, casa perfeitamente com o consumismo. Esse casamento deu à luz o infinito “mercado de experiências” sobre o qual se ergueu a indústria de turismo moderna. A indústria de turismo não vende passagens aéreas e quartos de hotel; vende experiências. Paris não é uma cidade, nem a Índia é um país – são ambas experiências cuja realização supostamente expande nossos horizontes, satisfaz nosso potencial humano e nos torna mais felizes.

Yuval Noah Harari – Adaptado

01. O autor do texto considera que o romantismo e o consumismo são

- A tendências comportamentais que em nosso tempo se opõem radicalmente.
- B fenômenos sociais que tendem a elevar o sentido das experiências humanas.
- C fenômenos da moda que tendem a se destruir de modo recíproco.
- D experiências humanas que se complementam em seus níveis de atuação.

E inclinações estéticas que se harmonizam no mercado da arte moderna.

02. Sobretudo a indústria do turismo, em relação aos fenômenos do romantismo e do consumismo,

- A mostrou-se inoperante ao tentar contemplar as características de ambos.
- B revelou-se inábil ao fazer prevalecer a importância do primeiro sobre o segundo.
- C beneficiou-se ao se valer de ambos para integrá-los em seu próprio mercado.
- D soube complementá-los como operações genuinamente culturais e artísticas.
- E preferiu distingui-los em pacotes especiais segundo as tendências do mercado.

03. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- A nos abrir a um amplo leque de emoções (1º parágrafo) = nos alienarmos numa variedade de sensações.
- B escapar da nossa rotina diária (1º parágrafo) = dar vazão aos hábitos costumeiros.
- C é mais uma pequena lenda (2º parágrafo) = é maior do que uma tímida aventura.
- D casa perfeitamente com o consumismo (3º parágrafo) = vai de encontro a um mercado ideal.
- E supostamente expande nossos horizontes (3º parágrafo) = hipoteticamente amplia nossas perspectivas.

04. As normas de concordância verbal encontram-se respeitadas na frase:

- A Não costuma haver restrições ao turismo quando é dele que dependem os negócios.
- B Pouco interessam aos fanáticos valer-se de alguma moderação em seus atos.
- C Não faltam aos produtos do mercado a promessa da felicidade a quem os consumir.
- D Os turistas são as principais vítimas de quem só costumam visar aos lucros fáceis.
- E Sempre faltarão aos consumidores mais compulsivos a análise de suas escolhas.

05. É inteiramente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- A Não parece ter mesmo limites o consumismo desenfreado à que tantos se entregam.
- B Existem mercadorias às quais se dedica um culto similar ao das experiências religiosas.
- C Os mitos românticos se agregaram nos mitos do consumo como se fossem inseparáveis.
- D A felicidade trazida pelo mercado é um mito onde muita gente teima em cultivar.
- E Muitos turistas vivem em Paris os sentimentos em que as agências já padronizaram.

Texto II (Questões 06 a 08)

O canarinho

Atacado de senso de responsabilidade, num momento de descrença de si mesmo, Rubem Braga liquidou entre os amigos a sua passarinhada. Às crianças aqui de casa tocaram um bicudo e um canário. O primeiro não aguentou a crise da puberdade, morrendo uns dias depois. O menino se consolou, forjando a teoria da imortalidade dos passarinhos: não morreria, afirmou-nos, com um fanatismo que impunha respeito ou piedade, apenas a sua alma voara para Pirapora, de onde viera. O garoto ficou firme com a sua fé. A menina manteve a possessão do canário, desses comuns, que mais cantam por boa vontade que por vocação. Não importa, conseguiu depressa um lugar em nossa afeição.

Era um canário ordinário, nunca lera Bilac, e parecia feliz em sua gaiola. Nós o amávamos desse amor vagaroso e distraído com que enquadrámos um bichinho em nossa órbita afetiva. Creio mesmo que se ama com mais força um animal sem raça, um pássaro comum, um cachorro vira-lata, o gato popular que anda pelos telhados. Com os animais de raça, há uma afetação que envenena um pouco o sentimento; com os bichos, pelo contrário, o afeto é de uma gratuidade que nos faz bem.

Aos poucos surpreendi a mim, que nunca fui de bichos, e na infância não os tive, a programá-lo em minhas preocupações. Verificava o seu pequeno coche de alpiste, renovava-lhe a água fresca, telefonava da rua quando chovia, meio encabulado perante mim mesmo com essa minha sentimentalidade tardia, mas que havia de fazer?

Paulo Mendes Campos – Adaptado

06. Presenteado com um canário por seu amigo Rubem Braga, o autor revela que, no âmbito familiar,

A o fato de se tratar de um pássaro ordinário foi razão para gostarem ainda mais dele.

- B notou-se alguma afetação das crianças quando diziam gostar de animais sem raça.
- C aprenderam a amá-lo em razão da imortalidade dos passarinhos defendida pelo menino.
- D a demora em se afeiçoarem ao passarinho se deu por conta de um amor vagaroso.
- E o encantamento provocado pelo canto do passarinho se deveu à sua alta vocação natural.

07. “Nós o amávamos desse amor vagaroso e distraído com que enquadrámos um bichinho em nossa órbita afetiva”. O período acima permanecerá correto, conservando seu sentido básico, substituindo-se o segmento sublinhado por

- A pelo qual resumimos o pássaro por conta do seu afeto.
- B de que colocamos o bichinho como consequência do nosso amor.
- C pelo qual integramos um animalzinho ao nosso círculo de afetos.
- D com cujo se passa a recortar melhor o afeto de um pequeno animal.
- E aonde emolduramos o bichinho num quadro de muito afeto.

08. Transpondo-se para a voz passiva a frase A menina manteve a possessão do canário, obtém-se a forma verbal

- A fora mantido.
- B tinha mantido.
- C terá mantido.
- D foi mantida.
- E teria sido mantida.

Matemática e Raciocínio Lógico

09. Em uma padaria, o preço de um lanche especial é R\$ 6,00 mais caro que o lanche normal. Com a venda de 22 lanches normais e 43 lanches especiais, a padaria recebeu um total de R\$ 1.265,50. O preço de um lanche normal, em reais, é

- A 20,50
- B 15,50
- C 18,00
- D 13,00
- E 23,00

10. Em uma mistura de água e óleo, o óleo corresponde a 20% do volume. Se 25% da água na mistura evaporar, o volume de óleo passará a corresponder, em porcentagem, a

- A 24
- B 30
- C 25
- D 32
- E 40

11. Albertina dividiu certa quantia entre seus 3 netos, um de 11 anos, um de 12 anos e outro de 14 anos, de maneira que cada neto recebeu um valor diretamente proporcional à própria idade. Se o neto mais novo recebeu R\$ 33,00, então os dois netos mais velhos receberam um total de

- A R\$ 71,00.
- B R\$ 78,00.
- C R\$ 85,00.
- D R\$ 92,00.
- E R\$ 99,00.

12. A média das idades dos cinco jogadores de um time de basquete é 23,2 anos. Se o pivô dessa equipe, que possui 27 anos, for substituído por um jogador de 20 anos e os demais jogadores forem mantidos, então a média de idade dessa equipe, em anos, passará a ser

- A 20,6.
- B 21,2.
- C 21,8.
- D 22,4.
- E 23,0.

13. Em uma repartição pública trabalham 250 funcionários. A tabela, a seguir, mostra o número de funcionários que faltaram ao trabalho nessa repartição, nos cinco dias de uma semana.

Dias da semana	Número de funcionários faltantes
2ª feira	21
3ª feira	9
4ª feira	5
5ª feira	13
6ª feira	32

A porcentagem, em relação aos 250 funcionários, dos funcionários que faltaram na 2ª feira e na 6ª feira é J. A porcentagem, em relação aos 250 funcionários, dos funcionários que faltaram na 3ª feira, na 4ª feira e na 5ª feira é K. A diferença entre J e K é uma porcentagem igual a

- A 11,4.
- B 25,0.
- C 12,8.

- D 10,4.
- E 11,6.

14. Em uma prova com 20 questões de múltipla escolha, uma questão certa vale 7 pontos, uma questão errada vale -2 pontos e uma questão em branco vale 0 ponto. Clara fez 87 pontos nessa prova. O número de questões que Clara deixou em branco é:

- A 5
- B 3
- C 4
- D 7
- E 6

15. Certo sistema de abastecimento de água é composto por quatro reservatórios, denotados por D, G, P e Q. O sistema P tem capacidade maior do que o G; o sistema Q tem capacidade maior do que o G e menor do que o D, mas este último tem capacidade maior do que P. Levando-se em conta apenas esses quatro reservatórios, é correto afirmar que, necessariamente,

- A G é o de menor capacidade.
- B Q é o de maior capacidade.
- C a capacidade de Q é maior do que a de P.
- D a capacidade de P é igual a de Q.
- E a capacidade de D é menor do que a de Q.

Legislação

16. Assinale a alternativa correta no tocante às licenças previstas no Estatuto Dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei Estadual nº 6.677/1994).

- A A licença concedida dentro de 90 (noventa) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.
- B O servidor terá direito à licença-prêmio de 03 (três) meses em cada período de 10 (dez) anos de exercício efetivo e ininterrupto, sem prejuízo da remuneração.
- C Eleito, o servidor ficará afastado do exercício do cargo a partir da diplomação.
- D A licença concedida ao servidor-atleta selecionado para representar o Estado ou o País, durante o período da competição oficial, é sem remuneração.
- E A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor licença para tratar de interesse particular, pelo prazo de 03 (três) anos consecutivos, sem

remuneração, prorrogável uma única vez, por igual período.

17. Em relação à pena disciplinar de demissão dos servidores da Justiça, a Lei nº 10.845/2007 estabelece que:

A a prescrição ocorre em 2 (dois) anos, a partir da data em que o fato se tornou conhecido;

B é aplicada ao servidor estável, em virtude de sentença judicial ou de sindicância sumária;

C ocorre nos casos de falta de cumprimento dos deveres funcionais;

D é aplicável em casos de reiterada negligência;

E é competente para aplicá-la o Conselho da Magistratura.

18. É uma forma de provimento em cargo público, segundo a Lei nº 6.677/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia), a

A reversão.

B homologação.

C concessão.

D exoneração.

E permissão.

19. Ainda com base na Lei n.º 10.845/2007, assinale a opção correta.

A O pedido de remoção voluntária, de transferência ou de permuta será indeferido caso não seja obtido um terço dos votos dos desembargadores.

B É incompatível com a magistratura o exercício de atividade empresarial ou a participação em empresa ou sociedade empresarial, exceto como acionista ou cotista.

C A promoção por merecimento pressupõe um ano de exercício do juiz na comarca respectiva.

D A remoção voluntária do magistrado será feita pelo critério de antiguidade.

E A permuta entre juízes substitutos de entrâncias diferentes pode ser admitida desde que os interessados tenham, no mínimo, três anos de efetivo exercício nas respectivas entrâncias.

20. Acerca do Estatuto Dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, com fulcro na Lei Estadual nº 6.677/1994, assinale a alternativa correta.

A Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor, com a

característica essencial de criação mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

B Em razão dos princípios da eficiência e economicidade, é permitida a prestação de serviços gratuitos, desde que autorizada pelo respectivo Secretário Estadual competente.

C Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade sem a percepção de remuneração.

D O concurso público terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, dentro desse prazo, uma única vez, por mais 2 (dois) anos, a critério da Administração.

E O servidor que não entrar em exercício, dentro do prazo legal, será exonerado de ofício.

Noções de Direito Constitucional

21. Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

A Liberdade de expressão.

B Pluralismo político.

C Prevalência dos direitos humanos.

D Liberdade de associação.

E Livre iniciativa.

22. Nos termos da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos

A promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

B constituir uma sociedade livre, justa e solidária.

C o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

D os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

E a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

23. Considerando a classificação das normas constitucionais quanto à sua aplicabilidade e eficácia,

A todas as normas de direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal têm eficácia plena, já que são normas de aplicação imediata segundo o texto constitucional.

B na ausência de norma regulamentadora de norma constitucional de eficácia contida poderá ser impetrado habeas data, desde que para assegurar a aplicação de

direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

C caracteriza norma de eficácia limitada aquela segundo a qual o direito de greve será exercido pelos servidores públicos nos termos e nos limites definidos em lei específica.

D caracteriza norma programática aquela segundo a qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

E na ausência de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos previstos em normas constitucionais de eficácia limitada, poderá ser impetrado mandado de segurança.

24. Segundo o que dispõe a Constituição Federal, em matéria de direitos e garantias fundamentais,

A ninguém será considerado penalmente culpado até decisão confirmatória de segundo grau.

B o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os maiores de sessenta anos de idade.

C será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

D aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

E ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

25. Em relação ao direito de associação, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

A fica vedada a suspensão compulsória das atividades das associações, a não ser por decisão judicial transitada em julgado.

B desde que não tenham fins lucrativos, as atividades associativas gozam de imunidade tributária.

C a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização.

D a interferência estatal no funcionamento das associações somente se justifica para garantia da ordem pública, social e econômica do país.

E todos podem associar-se pacificamente em locais abertos ao público, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

26. Diante da disciplina constitucional do dever de respeito ao sigilo e do direito à informação,

A a ação de impugnação de mandato não poderá tramitar em segredo de justiça.

B a segurança da sociedade e do Estado não são critérios válidos para que o órgão público negue ao indivíduo o acesso às informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

C as votações do Júri não podem ser sigilosas, sob pena de contrariar os princípios da ampla defesa e do contraditório.

D a preservação do direito à intimidade não pode ser invocada validamente para impedir que terceiros presenciem a prática de atos processuais.

E o sigilo das comunicações telefônicas não pode ser afastado por decisão judicial proferida em sede de ação popular, proposta para anular ato lesivo ao patrimônio ou à moralidade pública.

27. Adam Baker, brasileiro naturalizado, de 27 anos, residente há 8 anos no Brasil, decidiu ingressar na política a fim de contribuir com o seu trabalho para a melhoria da situação social do povo brasileiro. Considerados apenas os dados fornecidos, à luz das pertinentes condições de elegibilidade estabelecidas na Constituição Federal, Adam poderá concorrer ao seguinte cargo eletivo:

A Governador do Estado.

B Senador.

C Deputado Federal, situação em que, se eleito, poderá, inclusive, pleitear a presidência da Câmara dos Deputados.

D Deputado Estadual, situação em que, se eleito, poderá, inclusive, pleitear a presidência da Assembleia Legislativa.

E Vice-Presidente da República.

28. Segundo a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

A Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 100% à do normal.

B Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

C Proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

D Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

E Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.

29. Dentre as hipóteses elencadas, NÃO constitui, como regra, bem da União:

- A O rio que sirva de fronteira entre Estados-membros.
- B O recurso mineral concentrado em um único Estado-membro.
- C A cavidade natural subterrânea situada na área de um único Estado-membro.
- D O sítio arqueológico situado em determinado Município.
- E A ilha costeira que seja sede de Município.

30. Nos termos da Constituição Federal, é vedada a acumulação de cargos públicos, EXCETO:

- A a de um cargo de professor com outro de fiscal de rendas, independentemente da compatibilidade de horários, desde que autorizada pela chefia mediata.
- B a de presidente de fundação pública municipal e presidente de sociedade de economia mista controlada pela União, quando houver compatibilidade de horários.
- C a de dois cargos de professor, independentemente da compatibilidade de horários, desde que autorizada pela chefia imediata.
- D a de um cargo de professor com outro de procurador do município, quando houver compatibilidade de horários.
- E a de um cargo de promotor de justiça e de procurador do estado, quando houver compatibilidade de horários.

31. São poderes da União, independentes e harmônicos entre si:

- A o Congresso Nacional, a Presidência da República e o Supremo Tribunal Federal.
- B o Legislativo, o Executivo e o Judiciário..
- C o Congresso Nacional, a Presidência da República, os Ministérios e os Tribunais federais.
- D a Assembleia Legislativa, a Governadoria do Estado e o Tribunal de Justiça.
- E a Assembleia Legislativa, a Governadoria do Estado e os Tribunais de Justiça e de Alçada.

32. Dentre outras atribuições, compete privativamente ao Presidente da República

- A suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- B aprovar previamente, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- C aprovar a transferência temporária das sedes dos Poderes Legislativo e Judiciário.

- D dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da administração direta e indireta à União.
- E celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

33. Ao dispor sobre os órgãos do Poder Legislativo na esfera federal, a Constituição Federal de 1988 atribui competência

- A ao Congresso Nacional para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.
- B à Câmara dos Deputados para julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.
- C à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para eleger membros do Conselho da República.
- D ao Congresso Nacional para autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- E ao Senado Federal para escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

34. O Poder Judiciário tem composição definida no texto da Constituição Federal, em que são elencados os órgãos que o integram, dentre os quais estão:

- A o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.
- B o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- C os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes Eleitorais e a Advocacia-Geral da União.
- D os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal, os Tribunais e Juízes do Trabalho e a Defensoria Pública.
- E o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e a Procuradoria-Geral da República.

35. De acordo com a Constituição Federal, as ações contra o Conselho Nacional de Justiça são processadas e julgadas, originariamente, pelo

- A Superior Tribunal de Justiça.
- B Supremo Tribunal Federal.
- C Congresso Nacional.
- D Senado Federal.
- E Conselho da Justiça Federal.

Noções de Direito Administrativo

36. O princípio pelo qual a Administração Pública direta fiscaliza as atividades dos entes da Administração indireta, com o objetivo de garantir a observância de suas finalidades institucionais, é conhecido pela doutrina como princípio da

- A tutela.
- B eficiência.
- C hierarquia.
- D autotutela.
- E continuidade do serviço público.

37. A Administração pública está sujeita a regime jurídico administrativo, que

- A não se aplica às hipóteses de desconcentração do serviço público, método de gestão administrativa utilizado para flexibilização do regime jurídico aplicável à atuação da Administração.
- B não se aplica às hipóteses de descentralização do serviço público, que passa a ser de competência de pessoas jurídicas com personalidade própria e distinta do Estado.
- C não se aplica às autarquias, porque integrantes da Administração pública indireta.
- D aplica-se às autarquias, pessoas jurídicas de direito público que integram a Administração pública indireta do Estado.
- E pode ser afastado por decisão discricionária do Administrador, desde que justificada, em razão dos princípios da eficiência e economicidade.

38. A atuação da Administração Pública fundada no poder disciplinar tem como característica

- A a incidência sobre as pessoas que mantenham vínculo com a Administração Pública, não apenas funcional, mas também abrangendo aqueles que com esta contratam.
- B o caráter hierárquico, voltado à adoção de ações corretivas, não abrangendo aplicação de medidas sancionatórias.
- C o caráter vinculado, com a ausência de grau de discricionariedade na dosimetria das sanções aplicáveis.
- D a aplicação de medidas restritivas aos administrados em geral, desde que previstas em lei, sendo dotada de autoexecutoriedade.
- E a aplicação exclusivamente a pessoas ligadas à Administração Pública por vínculo funcional, ensejando a imposição de sanções por infrações administrativas e penais.

39. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o poder regulamentar é

- A a faculdade conferida ao Supremo Tribunal Federal para complementar as leis por meio de Súmulas Vinculantes.
- B conferido ao Chefe do Poder Executivo para sancionar ou vetar as leis.
- C a competência que os Estados e Municípios têm para suplementar a legislação nacional.
- D sujeito a controle pelo Poder Legislativo, que poderá sustar os atos normativos do Poder Executivo que sejam considerados exorbitantes.
- E concedido exclusivamente ao Senado Federal, que o exerce por meio de suas comissões.

40. Sobre o abuso de poder, é correto afirmar que:

- A para combatê-lo, não há medida judicial cabível, devendo o prejudicado recorrer à via administrativa.
- B o abuso de poder só pode revestir a forma omissiva, não a comissiva.
- C o uso do poder é lícito, enquanto o abuso pode ser lícito ou ilícito, dependendo da finalidade.
- D a improbidade deve sempre ser considerada uma espécie de abuso de poder.
- E todo ato abusivo é nulo, por excesso ou desvio de poder.

41. Diferem os órgãos públicos dos entes integrantes da Administração indireta

- A no que concerne à necessidade de realização de licitação, obrigatória apenas para a Administração direta e para os entes da Administração indireta dotados de personalidade jurídica de direito público.
- B quanto ao regime jurídico contratual, tendo em vista que os contratos firmados pelos entes da Administração indireta submetem-se ao regime jurídico privado.
- C no que se refere à personalidade jurídica, tendo em vista que somente os entes que integram a Administração pública indireta são dotados de personalidade jurídica própria.
- D no que se refere ao regime jurídico de seus servidores, sendo obrigatória prévia submissão a concurso público de provas e de títulos para os servidores públicos da Administração direta.
- E quanto ao trâmite de processos administrativos, tendo em vista que os princípios que regem a Administração pública somente incidem quando se trata dos processos administrativos relativos à Administração direta.

42. Sobre as características de entidades da administração indireta, considere:

- I. Sempre terão personalidade de direito público.**
- II. Poderão assumir personalidade de direito público ou de direito privado, a depender de sua lei de instituição/autorização.**

As características I e II correspondem, respectivamente, às figuras:

- A agência executiva e agência reguladora.
- B empresa pública e sociedade de economia mista.
- C autarquia e consórcio público.
- D agência e empresa pública.
- E fundação governamental e autarquia.

43. Em ato administrativo de nomeação para cargo público, devidamente publicado em Diário Oficial, constatou-se que o nome do destinatário do ato de provimento saiu grafado incorretamente. Diante de tal situação e sabendo-se que não há outros vícios no ato administrativo, a Administração deverá promover sua

- A anulação.
- B convalidação.
- C conversão.
- D revogação.
- E cassação.

44. Mateus, servidor público federal, removeu o servidor Pedro para localidade extremamente distante e de difícil acesso, no intuito de castigá-lo. Ocorre que Pedro merecia penalidade administrativa por ter cometido infração funcional mas não remoção. No caso narrado, a remoção, por não ser ato de categoria punitiva, apresenta vício de

- A motivo.
- B finalidade.
- C objeto.
- D forma.
- E competência.

45. A imperatividade que reveste os atos administrativos

A independe da presença dos elementos ou requisitos, visto que se trata de mera exteriorização da vontade da Administração pública, que sempre se impõe ao administrado independentemente de sua vontade.

B substitui a decisão judicial quanto à possibilidade de se fazer válido, dependendo apenas da concordância do destinatário.

C impõe aos destinatários dos mesmos sua obrigatoriedade, como atributo destinado a garantir o interesse público, que é a finalidade de toda a atuação da Administração pública.

D se vincula diretamente à eficácia, esta que enseja auto-executoriedade a todos os atos que predica.

E se relaciona com a eficácia, na medida em que é a exteriorização dos efeitos do ato, mas distingue-se da exequibilidade, que depende de intervenção judicial.

46. No que se refere às disposições legais sobre o processo administrativo no Estado da Bahia (Lei Estadual nº 12.209/2011), assinale a alternativa correta.

A É assegurada a prioridade de tramitação se o postulante ou interveniente for maior que cinquenta e cinco anos

B Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei exigir, podendo ser utilizados modelos padronizados pela Administração

C A intervenção de terceiro no processo independe de decisão da autoridade competente ou da comprovação de interesse

D Em observância ao princípio da formalidade adequada, o reconhecimento de firma será exigido de todos os documentos

E Inexistindo disposição específica, os atos da autoridade competente e dos administrados, que participem do processo, devem ser praticados no prazo de 15 (quinze) dias

47. No controle externo da administração financeira e orçamentária é que se inserem as principais atribuições dos nossos Tribunais de Contas, como órgãos

A independentes e auxiliares dos Judiciários e colaboradores dos Legislativos.

B dependentes do Poder Judiciário e auxiliares do Poder Executivo.

C independentes e auxiliares dos Poderes Executivo e Judiciário.

D dependentes e auxiliares dos Poderes Legislativo e Judiciário.

E independentes, mas auxiliares dos Legislativos e colaboradores dos Executivos.

48. Relativamente à tipificação de improbidade administrativa, verifica-se que incide

A em face daquele que induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade, mesmo não sendo agente público.

B em face daquele que induza ou concorra culposa e dolosamente para a prática do ato de improbidade, mesmo não sendo agente público.

C quando o agente público der causa culposamente ao ato de improbidade.

D quando o agente público causar, culposa e dolosamente, prejuízo à Administração.

E apenas se agente público cometer ato de improbidade que enseje enriquecimento ilícito.

49. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o leilão

A deve ter seu edital divulgado exclusivamente em um sítio eletrônico oficial, não podendo ser adotado outro meio complementar de divulgação em razão de vedação expressa nesse sentido.

B não constitui modalidade licitatória prevista nessa lei.

C exigirá registro cadastral prévio.

D terá fase de habilitação.

E deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

50. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, os bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital de licitação, por meio de especificações usuais de mercado, é denominado bem

A característico.

B uniforme.

C qualificável.

D comum.

E ordinário.

Noções de Administração Pública

51. Quando a administração pública não cumpre as metas estabelecidas para determinado período ou a prestação de serviço público não se enquadra nos padrões de economicidade e agilidade, entende-se que o princípio administrativo constitucional afetado foi o da

A competitividade.

B produtividade.

C moralidade.

D legalidade.

E eficiência.

52. São exemplos de rotinas administrativas típicas do setor público:

A Gestão de estoques, programação financeira de pagamentos e apuração do lucro ou prejuízo da Prefeitura em um dado período.

B Gestão de estoques, realização do pagamento de dividendos aos acionistas da Prefeitura e organização de certames licitatórios.

C Gestão de estoques, programação financeira de pagamentos e organização de certames licitatórios.

D Organização do ambiente de trabalho, organização da contabilidade e realização de reuniões entre os acionistas da Prefeitura.

E Organização do ambiente de trabalho, organização da contabilidade e distribuição dos lucros da Prefeitura.

53. Sobre as etapas do processo organizacional e os diferentes níveis institucionais, assinale a alternativa correta.

A A avaliação do desempenho individual é realizada no nível intermediário da organização.

B O planejamento estratégico do nível intermediário prevê a organização de planos no nível departamental.

C A direção das equipes e dos departamentos se deflagra no nível institucional.

D A determinação dos objetivos organizacionais se dá via planejamento tático no nível operacional.

E Os controles táticos se deflagram no nível intermediário

54. Em relação à avaliação do desempenho e ao controle organizacional em organizações públicas, assinale a opção correta.

A Accountability refere-se à capacidade de administração de um governo.

B A transparência consiste em um mecanismo de controle social que permite ao cidadão avaliar a efetividade da administração pública.

C O controle do desempenho organizacional é de responsabilidade exclusiva dos níveis estratégicos das organizações.

D O controle financeiro é admitido como objetivo principal tanto nas organizações públicas quanto nas privadas.

E Os conceitos de eficácia e eficiência aplicam-se, de forma indistinta, às organizações públicas e privadas.

55. A gestão de pessoas na administração pública possui algumas peculiaridades que decorrem dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Quanto ao tema proposto, assinale a afirmativa correta.

- A Para desenvolver pessoas à Administração, deve-se realizar auditorias e inspeções.
- B Para desenvolver pessoas, a Administração Pública deve utilizar o concurso público.
- C Para aplicar às pessoas da Administração Pública, pode-se elaborar planos de carreira.
- D Para recompensar pessoas, a Administração Pública deve promover cursos e treinamentos.
- E Para monitorar pessoas, a Administração Pública pode usar sistema de informação gerencial.

56. As organizações formais modernas, objeto fundamental da Administração Pública, possuem características comuns. Assinale a opção que apresenta apenas características das organizações formais modernas.

- A Racionalismo e foco nas relações interpessoais.
- B Liderança informal e resistência às mudanças.
- C Especialização e distribuição de autoridade.
- D Racionalismo e resistência às mudanças.
- E Relações de coesão e distribuição de influência.

57. O serviço público muitas vezes é taxado de excessivamente burocrático e os seus usuários tendem a solicitar uma simplificação dos seus processos. Considerando a gestão de processos na simplificação administrativa da gestão pública, assinale a alternativa correta.

- A A árvore de soluções é uma etapa da fase de mapeamento do processo.
- B A modelagem do processo é uma etapa da fase de análise e melhoria do processo.
- C A implementação do novo processo é uma etapa da fase de mapeamento do processo.
- D A identificação dos elementos do processo é uma etapa da fase de planejamento da simplificação.
- E A definição dos pré-requisitos para a simplificação administrativa é uma etapa da fase de implantação de melhorias.

58. Considerando as diferenças entre gestão pública e privada, analise.

- I. A gestão privada possui mais autonomia decisória relativamente a gestão pública.
- II. A gestão pública sofre mais ingerência política relativamente a gestão privada.
- III. A gestão privada de empresas tem objetivos econômicos e sociais com mesmo peso.
- IV. Para a gestão pública, a lucratividade pode ser dispensável.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A I, III
- B II, IV
- C III, IV
- D I, II, IV
- E I

59. A ação que envolve a promoção de recursos, a motivação e o treinamento de pessoal está relacionado ao cumprimento da gestão

- A da qualidade
- B de resultados.
- C empreendedora.
- D descentralizada
- E moderna.

60. Assinale a alternativa com os princípios fundamentais da Administração Pública.

- A Programa, Segregação, Centralização, Delegação de competência e Planejamento.
- B Planejamento, Coordenação, Descentralização, Competência e Controle.
- C Programa, Coordenação, Centralização, Gerenciamento de Riscos e Controle.
- D Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de competência e Controle.
- E Planejamento, Segregação, Centralização, Gerenciamento de Riscos e Competência.

PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

- A prova deverá ser feita com caneta esferográfica fabricada em material transparente, de tinta preta ou azul, com grafia legível, a fim de não prejudicar o seu desempenho quando da correção pela Banca Examinadora, não sendo permitida a interferência e a participação de terceiros;
- A redação deverá ser desenvolvida em, no mínimo, **20 (vinte)** linhas e, no máximo, **30 (trinta)** linhas;
- A Prova Discursiva-Redação será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos;
- A fuga completa ao tema proposto é motivo suficiente para que a redação não seja corrigida em qualquer outro de seus aspectos, recebendo nota 0 (zero).

Leia, com atenção, o texto a seguir:

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) firmou parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM) e o Ministério dos Direitos Humanos, para buscar soluções contra agressões a crianças e adolescentes. Diariamente, são notificadas no Brasil, em média, 233 agressões de diferentes tipos (física, psicológica e tortura) contra crianças e adolescentes com idade até 19 anos.

Um grupo de trabalho formado por técnicos e especialistas das três entidades analisa as estatísticas, a legislação e as diferentes percepções sobre o problema para desenvolver estratégias específicas. Dados do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan), ligado ao Ministério da Saúde, mostram que, somente em 2017, foram feitas 85.293 notificações.

Os dados foram extraídos pela Sociedade Brasileira de Pediatria e indicam que, parte dessas situações, ocorre no ambiente doméstico ou tem com autores pessoas do círculo familiar e de convivência das vítimas.

Do total de casos notificados pelos serviços de saúde, 69,5% (59.293) são decorrentes de violência física; 27,1% (23.110) de violência psicológica; e 3,3% (2.890) de episódios de tortura. O trabalho não considerou variações como violência e assédio sexual, abandono, negligência, trabalho infantil, entre outros tipos de agressão, que serão abordados pela SBP em publicação a ser divulgada em 2020.

A série histórica (de 2009 a 2017) revela que o volume de agressões chega a 471.178 registros. No primeiro ano da série, houve 13.888 notificações (média de 38 por dia). Oito anos depois, o volume cresceu 34 vezes. [...]

Brasil registra diariamente 233 agressões a crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.agenciabrasil.etc.com.br>

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Maus-tratos a crianças e adolescentes no Brasil.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Texto Definitivo

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Gabarito

Simulado Amostra – Tribunal de Justiça da Bahia

NÍVEL MÉDIO

Técnico Judiciário – Escrevente de Cartório																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	E	A	B	A	C	D	B	C	B	C	D	A	A	E	E	A	B	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	D	C	E	D	B	E	D	B	E	C	B	B	A	D	A	D	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	C	B	B	C	B	E	A	E	D	E	C	E	B	E	C	B	D	A	D

Modelo de Redação

Ao refugiar-se no Brasil, durante a expansão nazista no século XX, o escritor austríaco Stefan Zweig escreveu o livro: “Brasil, O País do futuro”. Contudo, a existência de maus-tratos a crianças e adolescentes não condiz com a premissa futurista idealizada pelo autor. Diante, disso, faz-se premente um amplo debate a respeito do assunto, bem como de suas causas – o excesso de autoridade paternal e o conformismo público frente às ações violentas dos pais e responsáveis.

A priori, cabe enfatizar que a autoridade dos pais em níveis exacerbados pode causar um ambiente deletério ao desenvolvimento socioeducativo do rebento. Nesse sentido, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos revelou recentemente que a maioria dos casos de agressões a crianças e adolescentes ocorrem dentro do ambiente de moradia das vítimas e são praticados por pessoas do núcleo familiar das mesmas. Essa situação indica que alguns pais, dentro de suas casas, assumem um caráter autoritário, o que – infelizmente – causam sérios danos ao desenvolvimento social e psicológico dos filhos, visto que tais medidas não os educam, mas os intimidam.

Além disso, é válido ressaltar que a conformidade da sociedade civil frente aos maus-tratos contra a população infanto-juvenil é, também, um fator que condiciona a óbice em questão. Sob esse aspecto, o sociólogo George Simmel desenvolveu o conceito de “Atitude blasé”, o qual indica a indiferença da sociedade perante aos problemas sociais. Esse fato se instrumentaliza no hodierno Brasil, já que a sociedade – negligentemente – se silencia perante ao abuso de autoridade de pais contra seus filhos e, muitas vezes, legitimam tais medidas punitivas, por mais violentas que sejam.

Infere-se, portanto, mediante o exposto, a necessidade de ações com o fito de mitigar a questão dos maus-tratos a jovens e crianças na sociedade tupiniquim. Desse modo, é função da mídia engajada em parceria com ONG’s do setor, produzir inúmeros comerciais e campanhas sobre o assunto, além de inserir a temática em séries e novelas, a propagar para os pais e para a sociedade civil a importância de uma educação com diálogo e transparência, ao invés de abusos físicos e psicológicos para um bom desenvolvimento socioeducativo de jovens e crianças. Assim, a nação poderá chegar mais perto de um cenário futurista, conforme escreveu Stefan Zweig no século XX.